

EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.518.179 - SP (2019/0161885-0)

RELATOR : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**
EMBARGANTE : **FORD MOTOR COMPANY BRASIL LTDA**
ADVOGADOS : **ALEXANDRE DE ALMEIDA CARDOSO - SP149394**
MARIA APARECIDA LACERDA RAMOS - SP222586
FERNANDA BIANCO PIMENTEL - SP167810
ANDRESSA KHRISTIAN SILVA - SP350237
VINICIO PEREIRA ALVES - SP331997
EMBARGADO : **MANOELITO PAIVA MARTINS**
ADVOGADOS : **MARA DE OLIVEIRA BRANT - SP260525**
SIMONE APARIZI GIMENES - SP259910
INTERES. : **BRADESCO SAUDE S/A**
ADVOGADO : **PAULO EDUARDO FERREIRA BONATO - SP305195**

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração, opostos por **FORD MOTOR COMPANY BRASIL LTDA**, contra decisão de fls. 630-632, que conheceu do agravo para negar provimento ao recurso especial, sob os fundamentos de incidência da súmula 282/STF, bem como a inocorrência de negativa de prestação jurisdicional, além de inovação recursal no que se refere à tese de aplicação dos reajustes anuais no valor do seguro em comento.

Nas razões dos aclaratórios, a embargante aponta omissão no julgado, sustentando, em síntese, que a decisão agravada restou silente quanto à alegada violação ao art. 31 da Lei 9.656/98, o qual preceitua a obrigação do ex-empregado de arcar com o custeio integral do plano de saúde, caso opte pela sua manutenção.

A embargada apresentou impugnação às fls. 640-643.

É o relatório.

Passo a decidir.

Não colhe a irresignação.

Os embargos de declaração têm como objetivo esclarecer obscuridade, eliminar contradição ou suprimir omissão de ponto ou questão sobre a qual se devia pronunciar o órgão julgador de ofício ou a requerimento das partes, bem como corrigir erro material (CPC/2015, art. 1.022), sendo inadmissível a sua oposição para rediscutir questões tratadas e devidamente fundamentadas na decisão embargada, já que não são cabíveis para

provocar novo julgamento da lide.

Como se vê, está nítido o propósito da parte embargante em rediscutir temas que foram devidamente apreciados, o que é defeso por meio da via processual escolhida, desautorizando, deste modo, o acolhimento da pretensão deduzida nos aclaratórios.

A propósito:

"EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. REQUISITOS DO ART. 1.022 E INCISOS DO CPC DE 2015. OMISSÃO NÃO CONSTATADA. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS.

1. Depreende-se do artigo 1.022, e seus incisos, do novo Código de Processo Civil que os embargos de declaração são cabíveis quando constar, na decisão recorrida, obscuridade, contradição, omissão em ponto sobre o qual deveria ter se pronunciado o julgador, ou até mesmo as condutas descritas no artigo 489, parágrafo 1º, que configurariam a carência de fundamentação válida. Não se prestam os aclaratórios ao simples reexame de questões já analisadas, com o intuito de meramente dar efeito modificativo ao recurso.

2. A parte embargante, na verdade, deseja a rediscussão da matéria, já julgada de maneira inequívoca. Essa pretensão não está em harmonia com a natureza e a função dos embargos declaratórios prevista no art. 1022 do CPC.

3. Embargos de declaração rejeitados."

(EDcl no AgInt no AREsp 874.797/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 04/08/2016, DJe de 09/08/2016)

Acrescente-se, ainda, que a contradição apta a abrir a via dos embargos declaratórios é aquela interna ao *decisum*, existente entre a fundamentação e a conclusão do julgado ou entre premissas do próprio julgado, o que não se observa no presente caso.

Nesse sentido:

"PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE QUALQUER DOS VÍCIOS ELENCADOS NO ART.535 DO CPC. MERO INCONFORMISMO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS.

1. Os embargos de declaração somente são cabíveis quando houver, na sentença ou no acórdão, obscuridade, contradição, omissão ou erro material, consoante dispõe o art. 535 do CPC.

2. No caso concreto, não se constata o vício alegado pelos embargantes, que buscam rediscutir a questão com base em divergência jurisprudencial com julgados do STF.

3. A contradição que dá ensejo à oposição de embargos declaratórios deve ser interna, entre as proposições do próprio julgado impugnado. Não configura o vício previsto no aludido dispositivo processual a suposta contradição entre a fundamentação do decisum e o entendimento adotado em precedente colacionado pelo embargante.

4. Embargos de declaração rejeitados." (EDcl no AgRg no REsp 1.189.644/SP, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 16/04/2015, DJe de 23/04/2015)

"EMBARGOS DE DECLARAÇÃO RECEBIDOS COMO AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. SÚMULAS N. 282, 356-STF, E 211-STJ. CONTRADIÇÃO. INEXISTÊNCIA. NÃO PROVIMENTO.

1. Para conhecimento do recurso especial é indispensável o prequestionamento da matéria de direito federal, que ocorre quando o acórdão recorrido se manifesta inequivocamente acerca da tese, condição que não se verificou na hipótese dos autos. Incidência da vedação prevista nos verbetes sumulares n. 282, 356/STF e 211/STJ. Inexistência de alegação, no recurso especial, de ofensa ao art. 535 do CPC.

2. Ao persistir a omissão, no acórdão recorrido, após o julgamento dos embargos de declaração, imprescindível a alegação de violação do artigo 535 do CPC, quando da interposição do recurso especial, sob pena de incidir no intransponível óbice da ausência de prequestionamento.

3. A contradição, outrossim, que autoriza a oposição de embargos de declaração é a interna, ou seja, aquela que se verifica entre a fundamentação e a conclusão do julgado, e não a simples adoção de fundamentos que desagradam a parte.

4. Embargos de declaração recebidos como agravo regimental, ao qual se nega provimento." (EDcl no REsp 1.356.413/DF, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 20/03/2014, DJe de 31/03/2014)

Insta ressaltar quanto à suposta violação ao art. 31 da Lei 9556/98, que a recorrente suscitou a referida tese, no sentido da necessidade de a parte agravada arcar com a integralidade do pagamento do plano de saúde, o que restou assentado pelo tribunal de origem.

Superior Tribunal de Justiça

Contudo, a insurgente aduziu a necessidade dessa integralidade de valores se compor com o acréscimo dos reajustes anuais, entretando, como restou asseverado na decisão impugnada, o referido tema não fora suscitado pela recorrente em seu recurso de apelação, o que tornou inviável a sua apreciação em sede de recurso especial, por tratar-se de inovação recursal.

Por oportuno, ressalto que a decisão embargada não padece de obscuridade, contradição, omissão ou erro material, tendo apreciado, fundamentadamente, a matéria controvertida que lhe fora submetida.

Ante o exposto, rejeito os embargos de declaração.

Publique-se.

Brasília (DF), 22 de novembro de 2019.

Ministro RAUL ARAÚJO
Relator